



Demonstrações Financeiras 2020

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Univales - Sicredi Univales
MT/RO**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Univales - Sicredi Univales MT/RO
Juina / MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Univales - Sicredi Univales MT/RO (“Cooperativa”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Univales - Sicredi Univales MT/RO em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 08 de março de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Univales - Sicredi Univales MT/RO, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A cooperativa no decorrer do exercício social de 2020 atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, além de diversas ações sociais. Podemos destacar os seguintes negócios sociais: -Programa Crescer: impactamos no formato online cerca de 2.650 pessoas por meio de 268 eventos realizados de Educação Cooperativa. -Educação Financeira: com o lançamento do Programa Cooperação na Ponta do Lápis impactamos cerca de 5.400 pessoas por meio de eventos online, atividades remotas com os Gibis da Turma da Mônica e Lives.

-Programa A União Faz a Vida: mantivemos as formações no formato online visando apoiar os professores na adaptação das aulas remotas com o uso da Pedagogia de Projetos e demais metodologias ativas. Foram 98 horas de formação durante o ano, impactando diretamente 265 professores e indiretamente 4.777 alunos.-Formação de Coordenadores: realizamos a jornada de formação online de nossos coordenadores preparando-os em relação a governança, produtos e serviços, documentos e regulamentos de nossa cooperativa e realizamos a Visita Virtual á Sicredi Serrana.

-Fundo Social: foram apoiados mais de 32 projetos junto à entidades da comunidade, que puderam desenvolver e fomentar atividades de cooperação, educação e desenvolvimento local.

Durante este período podemos destacar os seguintes fatos administrativos: Nesse período a cooperativa realizou o planejamento das novas agências para 2021, considerando os critérios de crescimento dos municípios e se estruturou remotamente com planos de viabilidade e mapeamento de oportunidades, listagem de prospecção com contato via telefone, agendamento de atendimentos por WhatsApp, indicações de associados e desenvolvimento de parcerias foram algumas das iniciativas que complementaram a execução da estratégia. Deste modo, demos início aos trabalhos nos municípios de Jaru e Ji Paraná, sendo esta última a abertura da segunda agência, bem como o mapeamento e negociação com parceiros nos municípios de Alto Alegre dos Parecis, Ariquemes, Cerejeiras e Machadinho do Oeste.

Das agências planejadas em 2020 sendo elas nos municípios de: Ji Paraná (agencia II), Jaru, Ariquemes, Ji Paraná (agencia III), Nova Vilhena, Cacoal (agencia II), Porto Velho (agencia I e II), inauguramos Ji Paraná (agencia I) e iniciado a construção da agência Ji Paraná (agencia II) também iniciamos o atendimento em escritório em Jaru. Foi definido ponto de atendimento para construção para os municípios de Jaru.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Coopera Cuida e Eu Coopero com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

A cooperativa atuou fortemente neste momento de crise para que as demandas dos associados fossem sempre atendidas. Dentre as ações de enfrentamento à pandemia, destacamos: -Ao entrar nas dependências da cooperativa, fica obrigatório a higienização das mãos (há Álcool em Gel no Autoatendimento); -Deliveries, Correios e transportadores continuarão sendo recepcionados, obedecendo o protocolo de higienização; -Fica proibido o recebimento de consignados na dependência da cooperativa; -Será realizada a manutenção constante do filtro do ar condicionado, garantindo assim a qualidade do ar. O Gestor deve informar à Área de Operações sobre a necessidade de realizar a limpeza. -Colaboradores que apresentaram teste positivo, só poderão retornar as atividades na Agência após liberação da área de Gestão de Pessoas, conforme protocolo; -Colaboradores recém admitidos só deverão ingressar na Agência após a realização do Teste da COVID-19; -A Univales está reembolsando integralmente os custos com exames particulares para detecção da Covid-19, conforme fluxo, no intuito de agilizar a ciência do resultado e início do tratamento;

-Aumentamos a frequência da limpeza dos ambientes (maçanetas, balcões, corrimãos, etc...); -Todos os colaboradores considerados "Grupo de Risco" foram afastados e hoje estão em trabalho Home Office; -Quando um colega testar positivo na agência, será realizada a desinfecção do local de imediato em horário que não atrapalhe a rotina de atendimento da agência (noturno), o Gestor deverá comunicar a área de Operações para a contratação do serviço de higienização e só afastaremos colegas que estão sob suspeita (retornarão logo após o resultado negativo do teste) ou que residirem com pessoas suspeitas e/ou positivas; -Na Agência permanecemos com o revezamento do home office, porém, com um número maior de colegas no presencial; -A fim de garantirmos a segurança e o cumprimento do protocolo, acompanharemos pelas câmeras semanalmente possíveis irregularidades;

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Univales - Sicredi Univales MT/RO
CNPJ/MF nº 70.431.630/0001-04

ATIVO	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO	1.426.018	1.060.153	PASSIVO	1.088.544	751.204
DISPONIBILIDADES (Nota 04)	12.071	10.899	DEPÓSITOS (Nota 12)	692.170	455.508
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	1.398.269	1.026.435	Depósitos à vista	385.323	224.744
Aplicações interfinanceiros de liquidez (Nota 05)	9.840	14.251	Depósitos interfinanceiros	36.051	67.660
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	251.961	135.643	Depósitos a prazo	270.796	163.104
Centralização financeira (Nota 04)	160.910	74.810	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	308.537	231.712
Relações interfinanceiras ativas	1.309	2.541	Relações interfinanceiras (Nota 13)	294.666	217.235
Operações de crédito (Nota 07)	912.382	755.425	Obrigações por empréstimos (Nota 14)	8.723	8.678
Outros ativos financeiros (Nota 08)	61.867	43.765	Outros passivos financeiros (Nota 15)	5.148	5.799
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (Nota 07)	(44.233)	(33.503)	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS (Nota 16)	1.664	206
OUTROS ATIVOS (Nota 09)	6.345	6.805	OUTROS PASSIVOS (Nota 17)	86.173	63.778
INVESTIMENTOS (Nota 10)	27.673	24.456			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 11)	19.503	17.767	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 18)	337.474	308.949
INTANGÍVEL (Nota 11)	6.390	7.294	CAPITAL SOCIAL	115.825	116.396
			RESERVAS DE SOBRAS	200.688	173.228
			SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	20.961	19.325
TOTAL DO ATIVO	1.426.018	1.060.153	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.426.018	1.060.153

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Univales - Sicredi Univales MT/RO
CNPJ/MF nº 70.431.630/0001-04

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	74.103	145.716	128.388
Operações de crédito (Nota 07)	70.620	139.388	127.517
Resultado títulos e valores mobiliários	3.483	6.328	871
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(20.358)	(43.825)	(37.031)
Operações de captação no mercado	(3.723)	(8.214)	(8.315)
Operações de empréstimos e repasses	(7.236)	(13.943)	(12.054)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 07)	(9.399)	(21.668)	(16.662)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	53.745	101.891	91.357
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(22.948)	(44.593)	(35.906)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	22.955	41.394	30.791
Rendas de tarifas bancárias	4.970	10.113	10.296
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 21)	(19.292)	(37.198)	(34.410)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 22)	(21.103)	(40.639)	(36.624)
Dispêndios e despesas tributárias	(335)	(881)	(1.158)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 23)	6.229	11.506	18.196
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 24)	(16.372)	(28.888)	(22.997)
RESULTADO OPERACIONAL	30.797	57.298	55.451
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	55	86	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	30.852	57.384	55.451
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	168	(1.092)	(753)
Provisão para Imposto de Renda	119	(668)	(460)
Provisão para Contribuição Social	49	(424)	(293)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(2.778)	(5.659)	(4.942)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	28.242	50.633	49.756

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Univales - Sicredi Univales MT/RO
CNPJ/MF nº 70.431.630/0001-04

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	112.512	151.482	-	15.320	279.314
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(14.515)	(14.515)
Destinação para Fundo Social	-	-	-	(613)	(613)
Outras destinações	-	-	-	(192)	(192)
Capital de associados					
Aumento de capital	3.075	-	-	-	3.075
Baixas de capital	(5.766)	-	-	-	(5.766)
Resultado do período	-	-	-	49.756	49.756
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(1.932)	(1.932)
Juros sobre o capital próprio	6.575	-	-	(6.753)	(178)
Reserva legal - Estatutária	-	17.393	-	(17.393)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	4.353	-	(4.353)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	116.396	173.228	-	19.325	308.949
Mutações do Período	3.884	21.746	-	4.005	29.635
Saldos no início do período em 01/01/2020	116.396	173.228	-	19.325	308.949
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(13.842)	(13.842)
Destinações para reservas	-	5.000	-	(5.000)	-
Destinação para Fundo Social	-	-	-	(350)	(350)
Outras destinações	-	-	-	(133)	(133)
Capital de associados					
Aumento de capital	3.320	-	-	-	3.320
Baixas de capital	(6.951)	-	-	-	(6.951)
Resultado do período	-	-	-	50.633	50.633
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(2.096)	(2.096)
Juros sobre o capital próprio	3.060	-	-	(3.116)	(56)
Reserva legal - Estatutária	-	18.865	-	(18.865)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	1.095	-	(1.095)	-
Reserva de Expansão - Recuperação de prejuízo	-	-	2.500	(2.500)	-
FATES - Recuperação de prejuízo	-	-	-	(2.000)	(2.000)
Saldos no fim do período em 31/12/2020	115.825	198.188	2.500	20.961	337.474
Mutações do Período	(571)	24.960	2.500	1.636	28.525
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	114.326	178.228	-	22.391	314.945
Capital de associados					
Aumento de capital	1.808	-	-	-	1.808
Baixas de capital	(3.369)	-	-	-	(3.369)
Resultado do período	-	-	-	28.242	28.242
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(2.096)	(2.096)
Juros sobre o capital próprio	3.060	-	-	(3.116)	(56)
Reserva legal - Estatutária	-	18.865	-	(18.865)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	1.095	-	(1.095)	-
Reserva de Expansão - Recuperação de prejuízo	-	-	2.500	(2.500)	-
FATES - Recuperação de prejuízo	-	-	-	(2.000)	(2.000)
Saldos no fim do período em 31/12/2020	115.825	198.188	2.500	20.961	337.474
Mutações do Período	1.499	19.960	2.500	(1.430)	22.529

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Univales - Sicredi Univales MT/RO
CNPJ/MF nº 70.431.630/0001-04

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	31.568	64.339	64.005
Resultado do semestre/exercício	28.242	50.633	49.756
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	3.326	13.706	14.249
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.435	10.730	11.142
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	(26)	14	80
Depreciação e amortização	2.708	5.111	4.780
Baixas do ativo permanente	171	489	159
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	1.134	1.458	20
Destinações ao FATES	(4.096)	(4.096)	(1.932)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	10.678	50.594	(148.768)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	2.855	4.411	(12.848)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	60.793	(116.318)	(135.643)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	11.057	1.232	(458)
(Aumento) em operações de crédito	(122.740)	(156.957)	(226.615)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	40.308	77.431	66.822
(Aumento) em outros ativos financeiros	(16.496)	(18.102)	(15.851)
(Aumento) Redução em outros ativos	2.219	446	(181)
Aumento em depósitos	11.466	236.662	156.851
Aumento (Redução) em passivos financeiros	(437)	(651)	226
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(16)	45	1.651
Absorção de dispêndios pelo FATES	(341)	(1.414)	(2.404)
Aumento em outros passivos	22.010	23.809	19.682
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	42.246	114.933	(84.763)
Aquisição de investimentos	(2.108)	(3.217)	(1.110)
Aquisição de imobilizado de uso	(2.828)	(5.021)	(4.180)
Aplicações no intangível	(798)	(1.411)	(829)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(5.734)	(9.649)	(6.119)
Integralização de capital	1.808	3.320	3.075
Baixa de capital	(3.369)	(6.951)	(5.766)
Juros ao capital próprio	(56)	(56)	(178)
Distribuição de Sobras	-	(14.325)	(15.320)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(1.617)	(18.012)	(18.189)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	34.895	87.272	(109.071)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	138.086	85.709	194.780
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	172.981	172.981	85.709

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Univales - Sicredi Univales MT/RO
CNPJ/MF nº 70.431.630/0001-04

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	28.242	50.633	49.756
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	28.242	50.633	49.756

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Univales - Sicredi Univales MT/RO ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 11/03/1993 e sede situada na Avenida Mato Grosso, 690 N, na cidade de Juína - Mato Grosso. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 25 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, Internacional Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 02 de março de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 07;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 16;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que uma ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

r) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

s) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	12.071	10.899
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	160.910	74.810
Total	172.981	85.709

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 98% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
DI entre Banco e Cooperativa	-	3.420	6.420	9.840	14.251
Total	-	3.420	6.420	9.840	14.251
Total circulante				3.420	-
Total não circulante				6.420	14.251

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirência e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Mantidos até o vencimento	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Cotas de fundos de renda fixa	6.568		-	6.568	5.238
Cotas de fundos multimercado	245.393		-	245.393	130.405
Total	251.961	-	-	251.961	135.643

Total circulante	251.961	135.643
-------------------------	----------------	----------------

As cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM e ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			Total da carteira	31/12/2019
		A vencer				
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	7.762	117.173	197.559	200.913	523.407	435.527
Financiamentos	217	13.756	41.567	79.464	135.004	103.557
Financiamentos rurais e agroindustriais	342	10.643	97.347	145.639	253.971	216.341
Total das operações de crédito	8.321	141.572	336.473	426.016	912.382	755.425
Avais e fianças honrados	202	-	-	-	202	219
Devedores por compra de valores e bens	-	49	348	634	1.031	108
Títulos e créditos a receber	-	41.265	15.456	18	56.739	40.378
Total de outros créditos	202	41.314	15.804	652	57.972	40.705
Carteira total	8.523	182.886	352.277	426.668	970.354	796.130

Total circulante	543.686	507.704
Total não circulante	426.668	288.426

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	12.683	-	-	-
A	0,50	307.323	224.007	1.537	1.120
B	1,00	403.781	299.532	4.037	2.996
C	3,00	170.245	202.849	5.107	6.085
D	10,00	31.595	40.223	3.160	4.022
E	30,00	14.543	9.685	4.363	2.906
F	50,00	3.856	3.798	1.928	1.899
G	70,00	7.423	5.203	5.196	3.642
H	100,00	18.905	10.833	18.905	10.833
Total		970.354	796.130	44.233	33.503

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 221.516 (dezembro de 2019 - R\$ 208.709) onde estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 26). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 3.686 (dezembro de 2019 - R\$ 3.885) conforme Nota 15.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			Total da Carteira	31/12/2019
		A vencer				
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	6.015	101.087	169.408	164.243	440.753	368.191
Rural	342	10.643	97.347	145.639	253.971	216.341
Industrial	30	4.197	4.288	4.591	13.106	13.805
Comércio	1.175	43.470	53.079	73.015	170.739	122.647
Outros serviços	961	23.489	28.155	39.180	91.785	75.146
Total	8.523	182.886	352.277	426.668	970.354	796.130

Total circulante	543.686	507.704
Total não circulante	426.668	288.426

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	32.833	3,38	40.660	5,11
50 devedores seguintes	87.173	8,98	84.099	10,56
100 devedores seguintes	96.852	9,98	86.172	10,82
Demais	753.496	77,66	585.199	73,51
Total	970.354	100,00	796.130	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	33.503	22.361
Constituição de provisão	53.587	38.063
Reversão de provisão	(31.919)	(21.401)
Movimentação de baixados para prejuízo	(10.938)	(5.520)
Saldo final	44.233	33.503

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	46.558	95.944	94.727
Financiamentos	9.961	19.393	13.028
Financiamentos rurais e agroindustriais	8.313	16.099	13.306
Outros	75	139	141
Subtotal	64.907	131.575	121.202
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	5.713	7.813	6.315
Total	70.620	139.388	127.517

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 28.100 (2019 - R\$ 14.393).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	56.739	40.378
Rendas a receber	2.570	2.383
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	1.031	108
Avais e fianças honrados (Nota 07)	202	219
Operações com cartões	1.127	421
Devedores por depósitos em garantia	198	256
Total	61.867	43.765
Total circulante	61.017	43.466
Total não circulante	850	299

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	2.909	3.626
Adiantamentos e antecipações salariais	304	172
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	770	170
Adiantamentos para Confederação Sicredi	898	978
Impostos e contribuições a compensar	61	367
Cotas de consórcio	545	658
Pendências a regularizar	472	146
Outros	277	688
Total circulante	6.236	6.805
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	109	-
Total não circulante	109	-
Total	6.345	6.805

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	2.689	3.521
Imóveis	2.632	3.425
Veículos e afins	-	39
Máquinas e equipamentos	57	57
Despesas antecipadas	314	185
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(94)	(80)
Total circulante	2.909	3.626

b) Movimentação da provisão para desvalorização de bens não de uso:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(80)	(2)
Constituição de provisão	(62)	(78)
Reversão de provisão	48	-
Saldo final	(94)	(80)

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	12.832	12.129
Sicredi Participações S.A.	14.840	12.326
Outras participações e investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	27.673	24.456

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	4.905.401 ON	4.266.186 ON	1	1	12.831.471	12.128.548
	9.934.822 PN	8.881.134 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,26%	1,25%	0,62%	0,62%	8,71%	9,62%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	147.298	126.127
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	154.771	131.820
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	1.182	764
Valor do investimento	14.840	12.326	1	1	12.832	12.129

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	35.134	(15.631)	19.503	17.767
Imobilizações em curso	-	1.841	-	1.841	1.371
Terrenos	-	2.175	-	2.175	2.175
Edificações	4%	6.742	(2.168)	4.574	4.374
Instalações	10%	1.153	(451)	702	646
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	6.005	(3.479)	2.526	2.005
Móveis e equipamentos	10%	6.513	(3.492)	3.021	2.537
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	1.166	(596)	570	540
Equipamentos de processamento de dados	20%	8.636	(4.982)	3.654	3.083
Veículos	20%	903	(463)	440	1.036
Intangível		18.874	(12.484)	6.390	7.294
Investimentos Confederação		18.874	(12.484)	6.390	7.294

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	385.323	-	-	385.323	224.744
Depósitos interfinanceiros	25.061	10.990	-	36.051	67.660
Depósitos a prazo	5.575	265	264.956	270.796	163.104
Total	415.959	11.255	264.956	692.170	455.508
Total circulante				427.214	288.528
Total não circulante				264.956	166.980

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasses interfinanceiros	294.662	217.235
Recebimentos e pagamentos a liquidar	4	-
Total	294.666	217.235

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	11.016	97.628	143.873	252.517	217.235
Total - Recursos do Crédito Rural	11.016	97.628	143.873	252.517	217.235
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	136	-	42.009	42.145	-
Total - Outros Recursos	136	-	42.009	42.145	-
Total	11.152	97.628	185.882	294.662	217.235
Total circulante				108.780	89.872
Total não circulante				185.882	127.363

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 15/11/2030, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de outros recursos operam com uma taxa de 124,5% do CDI com vencimentos até 15/03/2027, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. Sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	50	8.673	8.723	8.678
Total	-	50	8.673	8.723	8.678
Total circulante				50	5
Total não circulante				8.673	8.673

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 15 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	3.686	3.885
Recursos em trânsito de terceiros	1.462	1.914
Total circulante	5.148	5.799

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	Provável	26	82
Cível	Provável	1.638	124
Total não circulante		1.664	206

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Trabalhista	82	90	(146)	26
Cível	124	1.635	(121)	1.638
Total não circulante	206	1.725	(267)	1.664

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributário cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 10; R\$ 528; R\$ 0 (dezembro de 2019 - R\$ 20, R\$ 785 e R\$ 878), respectivamente.

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	57.995	40.783
Provisão para pagamentos a efetuar	4.011	3.369
Cotas de capital a pagar	6.142	3.910
Provisão para participações nos lucros	5.604	5.135
Fundo de assistência técnica, educacional e social	4.614	1.932
Demais fundos constituídos	512	323
Impostos e contribuições a recolher	1.403	1.241
Credores diversos	5.636	5.319
Cheques administrativos	-	1.109
Cobrança e arrecadação de tributos	11	266
Pendências a regularizar	245	391
Total Circulante	86.173	63.778

As operações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	115.825	116.396
Total de associados	66.035	58.752

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ - 571 (2019 – R\$ 3.884), sendo R\$ 3.060 (2019 – R\$ 6.575) via integralização de resultados e R\$ 3.320 (2019 – R\$ 3.075), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 6.951 (2019 – R\$ 5.766).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 2,71% em Conta Capital, no montante de R\$ 3.116, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 45% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;

- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal, Reserva de Expansão e FATES conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	57.384	55.451
Participação nas sobras	(5.659)	(4.942)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	51.725	50.509
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(20.690)	(20.204)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	17.754	16.373
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	1.246	2.701
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	498	343
Demais adições e exclusões previstas na legislação	100	33
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.092)	(753)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	9.840	14.251
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	251.961	135.643
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	160.910	74.810
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	2.084	2.163
Outros ativos (Nota 09)	898	1.310
Investimentos (Nota 10)	27.673	24.456
Intangível (Nota 11)	6.390	7.294
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	36.051	67.660
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	294.662	217.235
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	8.723	8.678
Outros passivos (Nota 17)	54.344	40.103
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	6.328	871
Ingressos e receitas de prestação de serviços	13.469	12.613
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 23)	3.646	10.709
Despesas		
Operações de captação no mercado	2.640	971
Operações de empréstimos e repasses	13.943	12.054
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 22)	2.292	4.017
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 24)	16.179	14.861

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	354	0,09%	852
Depósitos a prazo	549	0,20%	152
Operações de crédito	1.758	0,19%	1.887

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	3.738	4.011

NOTA 21 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	10.725	20.819	19.231
Benefícios	4.103	7.898	6.854
Encargos sociais	4.389	8.112	8.104
Treinamentos	75	369	221
Total	19.292	37.198	34.410

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	769	1.457	1.382
Aluguéis	1.416	3.243	3.285
Comunicação	823	1.575	1.496
Manutenção e conservação	1.009	2.075	2.339
Material de expediente	485	1.007	773
Processamento dados	1.021	1.683	748
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	1.840	3.712	3.563
Serviços do sistema financeiro	1.740	3.022	2.214
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	4.280	7.422	3.529
Serviços de vigilância e segurança	891	1.726	1.713
Serviços de transportes	1.537	3.052	2.700
Depreciação	1.401	2.796	2.885
Amortização (Rateio Confederação)	1.307	2.315	1.895
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	340	1.414	4.394
Emolumentos e taxas diversas	138	286	373
Outras despesas administrativas	2.106	3.854	3.335
Total	21.103	40.639	36.624

NOTA 23 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	340	1.414	2.404
Utilização de fundo social	116	161	-
Recuperação de encargos e despesas	299	650	1.064
Ingressos depósitos intercooperativos	1.386	3.054	10.220
Reversão de provisões operacionais	1.110	1.455	1.694
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	1.310	2.591	1.840
Reversão de provisões para passivos contingentes	292	267	302
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	543	543	-
Dividendos Sicredi Participações S.A.	382	382	79
Outras rendas operacionais	451	989	593
Total	6.229	11.506	18.196

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 24 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	995	1.685	1.422
Contribuições Cooperativistas	114	187	142
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	589	1.363	1.518
Contribuição Confederação Sicredi	5.732	10.885	9.439
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	1.000	1.960	1.880
Encargos da administração financeira	1	2	58
Repasse Administradora de Cartões	-	169	393
Provisões para garantias financeiras prestadas	1.534	2.392	2.484
Provisões para passivos contingentes	1.426	1.725	322
Outras provisões operacionais	692	1.235	1.112
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	3.052	5.019	2.259
Risco operacional	582	720	459
Juros e comissões	9	10	8
Outras despesas operacionais	646	1.536	1.501
Total	16.372	28.888	22.997

NOTA 25 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	28.242	50.633	49.756
Eventos não recorrentes	-	-	-
Resultado recorrente	28.242	50.633	49.756

NOTA 26 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	221.516	208.709
Total	221.516	208.709

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite ao risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 28 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN n° 3.444/07 e n° 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN n° 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	331.084	301.655
Nível I (NI)	331.084	301.655
Capital principal - CP	331.084	301.655
Capital social	115.825	116.396
Reservas de capital	200.688	173.228
Lucros acumulados	20.961	19.325
Ajustes Prudenciais	(6.390)	(7.294)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.161.719	993.427
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	4.171	1.822
Margem de Capital	219.453	195.523
Índice de Basileia (PR / RWA)	28,50%	30,37%
Situação de Imobilização (Imob)	19.504	17.768
Índice de Imobilização (Imob / PR)	5,89%	5,89%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 29 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Edson Elvio Arrial
Diretor Executivo
CPF: 486.705.610-34

Vilma Aparecida Dos Santos Ribeiro
Diretora de Operações
CPF: 390.248.731-34

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Juina / Mato Grosso, 10 de Março de 2021.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Univales - Sicredi Univales MT/RO e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

-

Carlos Antonio Procopio
Conselheiro

Gesiane Paula Ronsoni
Conselheiro

Oswaldo Rauber
Conselheiro